

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório de Execução Orçamental
2023 - 1.º Trimestre



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	ATIVIDADE	3
2.1.	CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	3
2.2.	COMPLEXO DE TÊNIS DO PORTO SANTO	4
2.3.	CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	5
2.4.	CENTRO HÍPICO DO PORTO SANTO	6
3.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	6
3.1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	6
3.2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	9
4.	EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS	13
5.	RECEITAS OPERACIONAIS	14
6.	GASTOS OPERACIONAIS	15
7.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
7.1.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	17
7.2.	BALANÇO	19
7.3.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	21
8.	CONCLUSÃO	22

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento integrado e equilibrado da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, acompanhado do Relatório do Fiscal Único. Assim, passamos a relatar as atividades, investimento e execução orçamental do primeiro trimestre de 2023 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

2. Atividade

A SDPS rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1. Campo de Golfe do Porto Santo

O Campo de Golfe do Porto Santo contempla 18 buracos e ainda um circuito curto de “par” 3 desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m², sendo apoiado por um “Club House”.

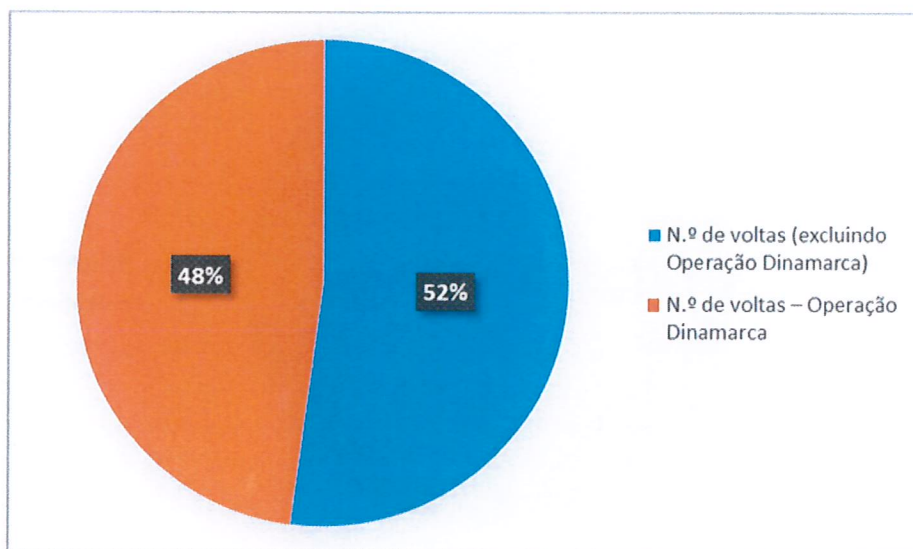
A estrutura conta com um conjunto de serviços e espaços de lazer tais como restaurante, bar, sala de bilhar, sala de estar, loja “pro-shop”, serviços administrativos, sauna, jacuzzi e banho turco.

QUADRO 1 – VARIAÇÃO DO NÚMERO DE VOLTAS – 1.º TRIMESTRE

Atividade	1.º Trimestre		Variação 2023/2022	
	2022	2023	N.º	%
N.º de voltas (excluindo Operação Dinamarca)	10 658	11 539	881	8,3%
N.º de voltas – Operação Dinamarca ¹	9 913	10 607	694	7,0%
TOTAL	20 571	22 176	1 605	7,8%

O quadro acima, reflete a variação do número de voltas, entre o primeiro trimestre de 2023 e 2022. Como se pode verificar no trimestre em análise, o número de voltas é superior em cerca de 7,8%.

¹ Operação Dinamarca – Acordo de Vendas com o Hotel Vila Baleira, em que consiste na venda de green fees do Campo de Golfe do Porto Santo, bem como, a utilização do Complexo de Ténis do Porto Santo, aos clientes provenientes dos voos do Mercado Escandinavo (Dinamarca, a Suécia e a Noruega).



2.2. Complexo de Ténis do Porto Santo

O Complexo de Campos de Ténis é constituído por 1 campo principal e 5 secundários, possui ainda 2 campos de “padel”. A estrutura desportiva é apoiada por um “Club House”, loja “Pró-Shop”, bar/restaurante, varandas sobre o estádio, sala de formação, sala de reuniões, enfermaria/gabinete médico e áreas de apoio aos atletas.

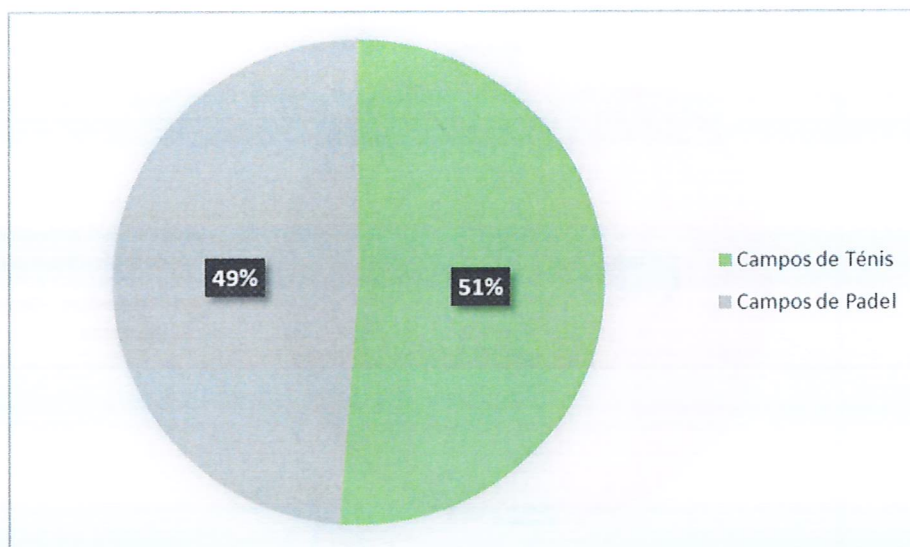
Atualmente está em curso, uma reabilitação global deste complexo desportivo, onde incide sobretudo na criação de mais dois campos de padel. Esta renovação passa também pela recuperação dos campos de ténis, concretamente nos seus pisos e envolvente, pela dotação de melhores condições ao club-house, à receção e aos balneários.

Será, também, criada uma área de atividades infantis, por forma a oferecer uma alternativa de ocupação às crianças.

QUADRO 2 – VARIAÇÃO DE UTENTES – 1.º TRIMESTRE

Atividade	1.º Trimestre		Variação 2023/2022	
	2022	2023	N.º	%
Campos de Ténis	104,00	163,00	59	56,7%
Campos de Padel	218,00	155,00	-63	-28,9%
TOTAL	322	318	-4	-1,2%

Como se pode verificar no trimestre em análise, existe uma diminuição em cerca de 1,24%. Contudo é de salientar, que estão a decorrer obras de melhoramento do espaço, com alguns campos fechados para intervenção.



2.3. Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

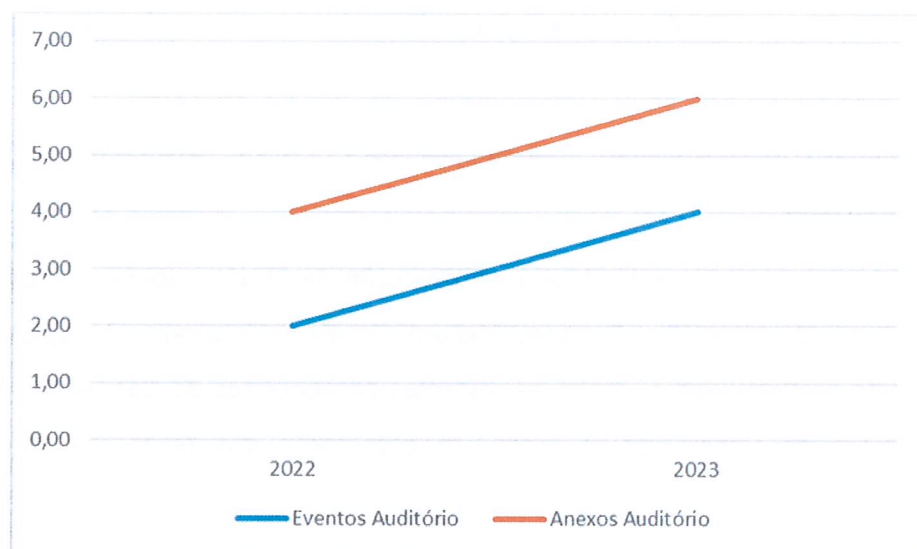
O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que tem como principal objetivo a organização de diversos tipos de eventos. Frequentemente são apresentadas iniciativas de âmbito cultural, artístico e educativo com os melhores serviços técnicos assegurados.

O centro cultural apresenta como espaço principal um auditório para cerca de 300 pessoas, várias salas de apoio e tem, ainda, à disposição espaços destinados a serviços públicos e privados.

QUADRO 3 – VARIAÇÃO DE EVENTOS – 1.º TRIMESTRE

Eventos/Utilizações	1.º Trimestre		Variação 2023/2022	
	2022	2023	N.º	%
Eventos Auditório	2,00	4,00	2	100,0%
Anexos Auditório	4,00	6,00	2	50,0%
TOTAL	6	10	4	66,7%

É visível um aumento em cerca de 66,7% da utilização do auditório e respetivos anexos, comparativamente ao período homólogo.



2.4. Centro Hípico do Porto Santo

Através da Resolução do Conselho de Governo n.º 93/2023, de 17 de fevereiro, o Governo Regional determinou a restituição dos prédios onde se encontra implantado o “Centro Hípico do Porto Santo”, à posse e administração da Região Autónoma da Madeira.

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

3.1. Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2023:

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Receitas Correntes	1 622 272,00	424 104,74	26,1%
Outras Receitas Correntes	54 528,00	1 122,20	2,1%
SUBTOTAL	1 676 800,00	425 226,94	25,4%
RECEITAS CAPITAL			
Transferências de Capital	1 341 309,00	0,00	0,0%
Ativos Financeiros	584 301,00	0,00	0,0%
SUBTOTAL	1 925 610,00	0,00	0,0%
Saldo Gerência Anterior (16)	3 225 606,00	3 225 603,89	100,0%
SUBTOTAL	3 225 606,00	3 225 603,89	100,0%
TOTAL	6 828 016,00	3 650 830,83	53,5%

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2023 foi de 53,5%.

As Receitas Correntes tiveram uma execução de 25,4% e as Receitas de Capital tiveram uma execução nula.

A rubrica Receitas Correntes teve uma execução de 26,1%, superando assim o espectável para o período em análise. Estas receitas provêm maioritariamente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, sendo as restantes provenientes do Complexo de Ténis, Centro Cultural e de Congressos, e ainda, da atualização das taxas das concessões e dos arrendamentos.

Nas Receitas de Capital, a rubrica Transferências de Capital, verifica-se uma execução nula, explicada pelo facto de ainda não terem sido celebrados Contratos-Programa com a RAM.

O mesmo é verificado na rubrica de Ativos Financeiros, que não registou qualquer transferência do acionista RAM, pois ainda está a decorrer o processo para a injeção de capital.

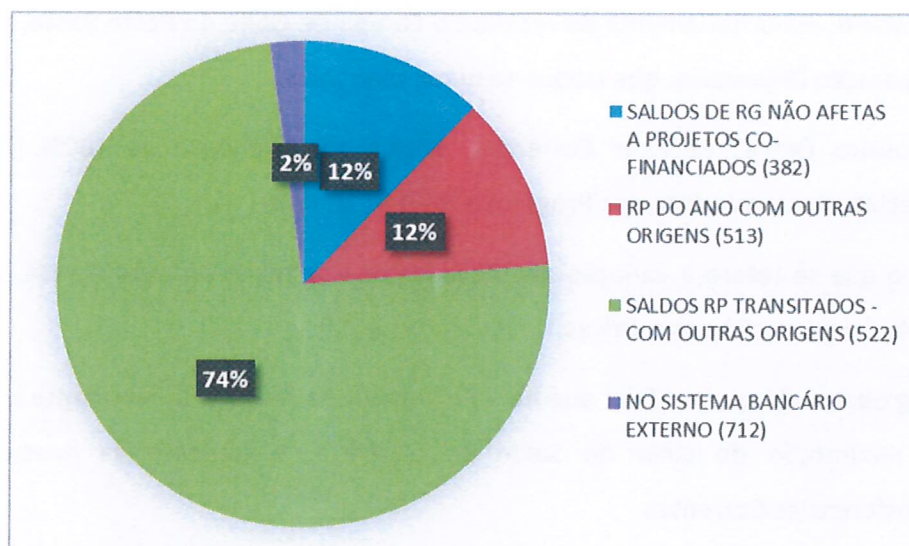
Analisando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram de Receitas Próprias (FF 513) – 12% e do Saldo de Gerência (FF 382, FF 522 e FF 712) – 88%.

O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado.

QUADRO 5 – RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	584 301,00	0,00	0,0%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	439 524,00	439 523,10	100,0%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00	0,00	0,0%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	660 000,00	0,00	0,0%
REACT (486)	681 309,00	0,00	0,0%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 673 272,00	425 226,94	25,4%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	2 704 960,00	2 704 959,35	100,0%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	81 122,00	81 121,44	100,0%
TOTAL	6 828 016,00	3 650 830,83	53,5%

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



QUADRO 6 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA RECEITA – 1.º TRIMESTRE 2022/2023

RESUMO DA RECEITA				
RECEITAS CORRENTES	EXECUÇÃO TRIMESTRAL		VARIAÇÃO 2022/2023	
	2022	2023	VALOR	%
Transferências Correntes	247 600,00	0,00	-247 600,00	-100,0%
Receitas Correntes	225 829,33	424 104,74	198 275,41	87,8%
Outras Receitas Correntes	0,00	1 122,20	1 122,20	100,0%
SUBTOTAL	473 429,33	425 226,94	-48 202,39	-10,2%
RECEITAS CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,0%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,0%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,0%
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,0%
Saldo Gerência Anterior	3 690 126,96	3 225 603,89	-464 523,07	-12,6%
SUBTOTAL	3 690 126,96	3 225 603,89	-464 523,07	-12,6%
TOTAL	4 163 556,29	3 650 830,83	-512 725,46	-12,3%

No que concerne à variação das Receitas Correntes:

Existe uma diminuição, em cerca de 10,2 % nas Receitas Correntes.

Esta diminuição consiste na execução nula, no primeiro trimestre de 2023, da rubrica Transferências Correntes, que em 2022 obteve receita, resultante da compensação da perda de receita, devido às orientações do acionista para a isenção de rendas e taxas aos concessionários privados, na sequência da pandemia Covid-19.

Em contrapartida, a rubrica das Receitas Correntes teve um aumento exponencial, resultante maioritariamente da receita do Campo de Golfe do Porto Santo, nomeadamente, a Operação Dinamarca, que traduz-se numa mais valia.

A rubrica Outras Receitas Correntes, obteve um aumento de 100%, justificada pelos recebimentos no âmbito dos Programas do IEM, IP-RAM.

Já no que se refere à variação das Receitas de Capital, a variação é nula, pois não existiu qualquer execução nas rubricas.

No global podemos verificar que há uma diminuição de 12,3 %, resultante maioritariamente da diminuição do valor do Saldo de Gerência, e também da execução da rubrica Transferências Correntes.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2023:

QUADRO 7 – RESUMO DA DESPESA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
Despesas com Pessoal	1 260 444,00	208 860,27	16,6%
Aquisição Bens Serviços	1 013 144,00	64 254,10	6,3%
Juros e Outros Encargos	500,00	0,00	0,0%
Administração Regional	15 528,00	3 254,77	21,0%
Outras Despesas Correntes	80 000,00	9 491,20	11,9%
SUBTOTAL	2 369 616,00	285 860,34	12,1%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	4 458 400,00	1 608,64	0,04%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,0%
SUBTOTAL	4 458 400,00	1 608,64	0,04%
TOTAL	6 828 016,00	287 468,98	4,2%

A execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2023 foi de 4,2%, sendo que as Despesas Correntes têm uma execução de 12,1%, enquanto as Despesas de Capital apresentam uma execução residual de 0,04%.

A rubrica Despesas com Pessoal, registou uma execução de 16,6%, ligeiramente abaixo do expectável, para o trimestre em análise, devido ao facto do Acordo Coletivo de Trabalho ainda não estar implementado.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços, teve uma execução de 6,3%. Contribui em grande parte para esta execução as seguintes rubricas:

- Eletricidade, dos respetivos empreendimentos;
- Publicidade, nomeadamente, custos com viagens para participação em feiras para promoção do Campo de Golfe;
- Água, dos respetivos empreendimentos; e
- Estudos, pareceres, projetos e consultadoria, referentes a processo de candidatura ao Aviso FEDER – M-1420-E5-2023-01 (Programa REACT- Eficiência Energética em Edifícios).

A rubrica Juros e Outros Encargos representa os valores pagos de juros e outros encargos, nomeadamente juros de mora, não se verificando qualquer execução.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração dos sete trabalhadores colocados ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária de Desempregados (POT), promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

Na rubrica Outras Despesas Correntes a execução de 11,9%, deve-se maioritariamente à celebração do Contrato de Concessão de Domínio Público Marítimo n.º 12, para o empreendimento do Penedo do Sono, bem como, a regularização na contabilidade das retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes.

No que concerne às despesas de capital, a execução registada foi significativamente baixa.

Registou-se apenas uma execução na Aquisição Bens de Capital, respeitante à despesa relacionada com investimentos, nomeadamente, com a aquisição de bens de imobilizado.

No que concerne à rubrica Transferências de Capital, não se registou qualquer execução, na medida que os contratos programa destinados a financiar as empreitadas, ainda não foram assinados.

Em relação aos Passivos Financeiros, não houve lugar à amortização de capital de prestações, decorrentes dos empréstimos contratados junto da banca estrangeira, dado que

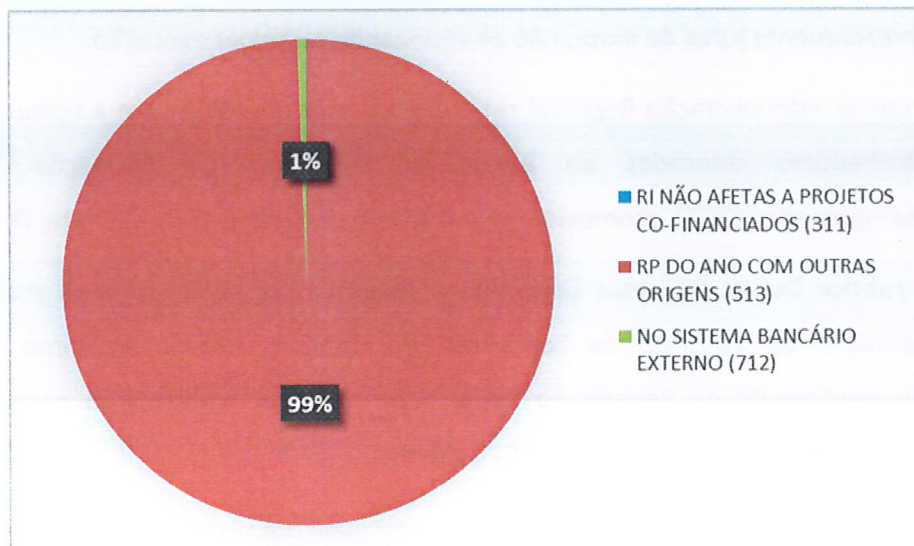
as prestações só se vencem no 2º e 4º trimestre. No entanto, refere-se que os empréstimos contraídos junto do PBB, ex Depfa Bank e Deutsche Bank foram transferidos para a RAM, em 9 de março de 2023.

Analisando a execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa com recurso às Receitas Próprias teve uma execução de 20,74%.

QUADRO 8 – RESUMO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	584 301,00	67,26	0,01%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 673 272,00	285 781,82	17,1%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	81 122,00	1 619,90	2,0%
TOTAL	6 828 016,00	287 468,98	4,2%

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



QUADRO 9 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA DESPESA – 1.º TRIMESTRE 2022/2023

RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO TRIMESTRAL		VARIAÇÃO 2022/2023	
	2022	2023	VALOR	%
Despesas com Pessoal	188 703,80	208 860,27	20 156,47	10,7%
Aquisição Bens Serviços	50 804,12	64 254,10	13 449,98	26,5%
Juros e Outros Encargos	1,18	0,00	-1,18	-100,0%
Administração Regional	2 157,69	3 254,77	1 097,08	50,9%
Outras Despesas Correntes	7 004,78	9 491,20	2 486,42	35,5%

SUBTOTAL	248 671,57	285 860,34	37 188,77	15,0%
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição Bens Capital	67 199,88	1 608,64	-65 591,24	-97,6%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,0%
SUBTOTAL	67 199,88	1 608,64	-65 591,24	-97,6%
TOTAL	315 871,45	287 468,98	-28 402,47	-9,0%

No que respeita à variação das Despesas Correntes:

A rubrica Despesas com Pessoal, teve uma variação de 10,7%, explicada essencialmente pelos aumentos salariais.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços, teve uma variação de 26,5%, justificada pelo aumento dos custos com eletricidade, água, publicidade, estudos, pareceres, projetos e consultadoria.

A rubrica Administração Regional, obteve um aumento em cerca de 50,9%, explicada pelo aumento do número de trabalhadores ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária, promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

A rubrica Outras Despesas Correntes, teve um aumento de 35,5%, resultante do pagamento de impostos e taxas ao Estado, bem como, custos à concessão de DPM² do Penedo do Sono.

Já no que se refere à variação das Despesas de Capital, há uma diminuição acentuada, de 97,6%, nomeadamente, na rubrica Aquisição de Bens de Capital, devido ao facto de as empreitadas previstas no Plano de Investimentos para 2023 ainda não terem tido o seu início.

De salientar, que a execução nas restantes rubricas das Despesas de Capital foi nula.

² DPM – Domínio Público Marítimo

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 10 – INVESTIMENTOS – 1.º TRIMESTRE

Designação	Orçamento Inicial 2023	Orçamento Retificado	Valor Executado	% de Execução
52482	100 000,00 €	100 000,00 €		
REDE VIÁRIA E LOTEAMENTO - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	100 000,00 €	100 000,00 €		
392	100 000,00 €	100 000,00 €		
52509	160 000,00 €	514 947,00 €		
REFORÇO DA COBERTURA E IMPLEMENTAÇÃO / REABILITAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - MERCADO / PRAÇA DO BARQUEIRO	160 000,00 €	514 947,00 €		
392	160 000,00 €	160 000,00 €		
522	- €	354 947,00 €		
52512	- €	694 000,00 €		
REVITALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO CAMPO DE TÊNIS - COMPLEXO CAMPO TÊNIS	- €	694 000,00 €		
522	- €	694 000,00 €		
52735	801 540,00 €	956 540,00 €	4 270,00 €	1,6%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	801 540,00 €	956 540,00 €	4 270,00 €	1,6%
486	681 309,00 €	681 309,00 €	2 275,00 €	0,3%
513	120 231,00 €	120 231,00 €		
522		155 000,00 €	1 995,00 €	1,3%
52736	67 500,00 €	267 500,00 €	1 608,64 €	2,4%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS	67 500,00 €	267 500,00 €	1 608,64 €	2,4%
382		200 000,00 €		
513	67 500,00 €	67 500,00 €	1 608,64 €	2,4%
52737	18 300,00 €	18 300,00 €		
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS	18 300,00 €	18 300,00 €		
513	18 300,00 €	18 300,00 €		

Designação	Orçamento Inicial 2023	Orçamento Retificado	Valor Executado	% de Execução
52738	6 100,00 €	6 100,00 €		
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS	6 100,00 €	6 100,00 €		
513	6 100,00 €	6 100,00 €		
53002	- €	- €		
REVITALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO CAMPO DE GOLFE	- €	- €		
522	- €	- €		
53041	200 000,00 €	200 000,00 €		
REABILITAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO	200 000,00 €	200 000,00 €		
392	200 000,00 €	200 000,00 €		
53042	200 000,00 €	542 800,00 €		
REABILITAÇÃO DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	200 000,00 €	542 800,00 €		
392	200 000,00 €	200 000,00 €		
522		342 800,00 €		
53236		83 000,00 €		
CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO - 2.ª FASE		83 000,00 €		
522		83 000,00 €		
Total Geral	1 553 440,00 €	3 383 187,00 €	5 878,64 €	0,17%

Quanto aos investimentos acima elencados, referimos o seguinte:

Eficiência Energética – Campo de Golfe do Porto Santo – Elaborado o plano de racionalização energética no âmbito da candidatura efetuada ao programa comunitário REACT. Realização dos trabalhos até ao final do corrente ano.

5. Receitas Operacionais

As receitas obtidas no primeiro trimestre de 2023 ascenderam a 24 596 270 €, resultantes, na sua maioria, dos contratos de concessão de exploração de espaços tutelados, bem como, pela exploração direta dos empreendimentos da SDPS.

QUADRO 11 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º TRIMESTRE

Receitas Operacionais	PAO 2023	Execução 2023	Variação
			%
Vendas e serviços prestados	1 622 272	327 650	20%
Transferências Correntes e Subsídios à exploração	0	24 266 666	100%
Outros rendimentos	23 528	1 954	8%
Total	1 645 800	24 596 270,48	1 494%

Nas Receitas Operacionais é possível verificar uma execução de 1 494 %, no primeiro trimestre de 2023, face ao orçamentado no PAO 2023.

Esta execução deve-se essencialmente as Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, que resulta da transferência do empréstimo contraído junto do PBB, ex Depfa Bank e Deutsche Bank, para a RAM.

As Vendas e Serviços Prestados representam 20% do PAO para o ano 2023, pelo que é um valor muito pertinente e satisfatório, que resulta essencialmente da atividade operacional do Campo de Golfe do Porto Santo.

Os Outros Rendimentos, teve uma execução de 8%, abaixo do previsto para o trimestre em análise, e tendo em conta a previsão efetuada no PAO.

6. Gastos Operacionais

Os gastos do primeiro trimestre 2023 ascenderam a 315 171€, apresentando uma execução de 16%, face ao Plano de Atividades e Orçamento para 2023.

QUADRO 12 – GASTOS OPERACIONAIS – 1.º TRIMESTRE

Gastos Operacionais	PAO 2023	Execução 2023	Variação
			%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	51 786	7 780	15%
Fornecimentos e serviços externos	692 498	66 888	10%
Gastos com o pessoal	1 260 444	240 503	19%
Total	2 004 728	315 171	16%

Nos gastos operacionais é possível verificar uma execução de 16 %, no primeiro trimestre de 2023, face ao orçamentado no PAO 2023.

Em relação à execução, pode-se concluir que os FSE tiveram uma execução de 10%, face ao previsto no PAO do ano corrente, o que está abaixo do espectável para o trimestre em análise.

7. Demonstrações Financeiras

7.1. Demonstração de Resultados por Naturezas

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/22
		2023	2022	
Vendas		15 101,91	12 967,02	48 980,93
Prestações de serviços		312 548,57	374 371,54	961 314,22
Transferências correntes e subsídios à exploração		24 266 666,67	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(7 780,20)	(10 489,60)	(38 786,59)
Fornecimentos e serviços externos		(66 888,20)	(45 698,98)	(598 854,72)
Gastos com o pessoal		(240 503,49)	(217 950,81)	(1 006 821,71)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-	12 139,81
Provisões (aumentos/reduções)		-	-	-
Outros rendimentos e ganhos		1 954,14	1 591,72	10 705,37
Outros gastos e perdas		(7 352,57)	(2 819,48)	(282 741,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		24 273 746,83	111 971,41	(894 063,81)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(283 534,92)	(280 027,27)	(1 121 695,81)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		23 990 211,91	(168 055,86)	(2 015 759,62)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-	(27 962,99)
Resultado antes de impostos		23 990 211,91	(168 055,86)	(2 043 722,61)
Imposto sobre o rendimento		-	-	(1 216,56)
Resultado líquido do período		23 990 211,91	(168 055,86)	(2 044 939,17)

No que concerne aos Rendimentos da empresa no primeiro trimestre de 2023, face ao período homólogo de 2022, temos a observar o seguinte:

- Diminuição nas Vendas e Prestações de Serviços resultante da celebração do novo protocolo, celebrado com o Vila Baleira, referente à Operação Dinamarca, que

consiste, atualmente, na faturação em relação ao número de voltas, sendo que, o anterior protocolo, consistia na faturação de um valor fixo mensal. Esta situação será esbatida no futuro porquanto o número de voltas está a aumentar, conforme se contata pelo mapa de atividade do PSG, no quadro 1.

- Nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos, o acréscimo exponencial resulta da transferência do empréstimo contraído junto do PBB, ex Depfa Bank e Deutsche Bank, para a RAM, em 9 de março de 2023.

Quanto aos Gastos registados no primeiro trimestre de 2023, comparando com o período homólogo no ano anterior, observamos:

- O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas diminuiu pelo facto de ter havido uma redução nas vendas na loja existente no empreendimento Campo de Golfe, logo houve uma repercussão no custo das mercadorias.
- O acréscimo observado nos Fornecimentos e Serviços Externos, resultou dos trabalhos de manutenção/conservação, nos empreendimentos, o fornecimento de energia e água, bem como, custos com publicidade; e
- Os Gastos com o Pessoal registaram um aumento, justificado essencialmente pelo aumento dos salários.
- Nos Outros Gastos e Perdas, o aumento verificado, deve-se aos custos da concessão de DPM do empreendimento Penedo do Sono.

7.2. Balanço

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	1º TRIMESTRE		31/dez/22
	2023	2022	
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	34 630 728,96	35 296 234,51	34 909 378,40
Ativos intangíveis	-	-	
Outros ativos financeiros			
Total de ativo não corrente	34 630 728,96	35 296 234,51	34 909 378,40
Ativo CORRENTE			
Inventários	5 555 730,70	5 579 212,57	5 563 155,60
Clientes	132 466,94	307 937,10	159 851,95
Estado e outros entes públicos	164 047,03	185 601,43	216 250,62
Outras contas a receber	10 200 752,86	10 314 325,68	10 200 580,80
Diferimentos		-	
Caixa e depósitos	3 426 522,28	3 892 006,27	3 285 687,09
Total de ativo corrente	19 479 519,81	20 279 083,05	19 425 526,06
TOTAL DO ATIVO	54 110 248,77	55 575 317,56	54 334 904,46
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Património/Capital	79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio	31 985 547,52	28 351 798,52	31 985 547,52
Prémios de emissão	1,62	1,62	1,62
Reservas			
Resultados transitados	(88 750 636,77)	(86 705 697,60)	(86 705 697,60)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	20 168,80		20 168,80
Resultado líquido do período	23 990 211,91	(168 055,86)	(2 044 939,17)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	46 763 828,08	20 996 581,68	22 773 616,17
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	6 364 070,00	6 364 070,00	6 364 070,00
Financiamentos obtidos	-	24 266 666,66	21 366 666,67
Total do passivo não corrente	6 364 070,00	30 630 736,66	27 730 736,67
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	16 697,86	44 656,96	-
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	60 375,00	-
Estado e outros entes públicos	30 295,23	27 713,09	1 217,08
Financiamentos obtidos	-	2 900 000,00	2 900 000,00
Outras contas a pagar	935 357,60	915 254,17	929 334,54
Total do passivo corrente	982 350,69	3 947 999,22	3 830 551,62
TOTAL DO PASSIVO	7 346 420,69	34 578 735,88	31 561 288,29
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	54 110 248,77	55 575 317,56	54 334 904,46
	-	-	-

No balanço há a assinalar no primeiro trimestre de 2023, face a 31 de dezembro de 2022, o seguinte:

- Nos Clientes constata-se uma diminuição, justificado pelo facto do processo exaustivo na cobrança dos valores em dívida;
- No Património Líquido, o resultado líquido do exercício, obteve um aumento muito significativo, comparativamente a 2022, pelo facto de ter sido contabilizado nas Transferências correntes e subsídios à exploração, os dois empréstimos contraídos junto do PBB, no montante de 24 366 666 €, que foram transferidos para o acionista RAM, no passado mês de março.
- Tendo em conta estes fatores, é possível verificar que no Passivo Não Corrente e no Passivo Corrente, mais concretamente, na rubrica dos Financiamentos Obtidos, deixou de existir qualquer montante, na medida em que a SDPS, só tinha empréstimos com a Banca Internacional do PBB.

7.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)		(Montantes expressos em Euros)		
		1º TRIMESTRE		31/dez/21
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		424 104,74	228 165,13	997 477,78
Pagamentos a fornecedores		-62 634,20	-50 804,12	-694 334,12
Pagamentos ao pessoal		-212 047,78	-189 333,62	-625 773,79
Caixa gerada pelas operações		149 422,76	-11 972,61	-322 630,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				18 974,46
Outros recebimentos/pagamentos		-6 978,93	211 712,05	-489 091,17
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		142 443,83	199 739,44	-792 746,84
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-1 608,64	-67 199,88	-634 398,79
Ativos intangíveis				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros ativos		0,00		247 600,00
Subsídios ao investimento				
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 608,64	-67 199,88	-386 798,79
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	3 633 749,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	-2 900 000,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00	-27 962,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00	705 786,01
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)				
		140 835,19	132 539,56	-473 759,62
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 285 687,09	3 759 466,71	3 759 446,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 426 522,28	3 892 006,27	3 285 687,09
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 285 687,09	3 759 466,71	3 759 446,71
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		3 285 687,09	3 759 466,71	3 759 446,71
De execução orçamental		3 225 603,89	3 690 126,96	3 722 901,91
De operações de tesouraria		60 083,20	69 319,75	36 544,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 426 522,28	3 892 006,27	3 285 687,09
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		3 426 522,28	3 892 006,27	3 285 687,09
De execução orçamental		3 360 715,02	3 843 442,96	3 225 603,89
De operações de tesouraria		65 807,26	48 563,31	60 083,20

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar um aumento nos recebimentos de clientes e nos pagamentos a fornecedores, este último decorrente do

cumprimento da Lei dos Compromissos, por forma a que os pagamentos não entrem em atraso.

8. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos procedimentos de controlo interno, que permitam o aumento da receita e a redução dos custos.

Paralelamente, existe a procura contínua na diversificação do financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Funchal, 27 de abril de 2023

O Conselho de Administração

A Presidente



(Nivalda Gonçalves)

A Vogal



(Fátima Carvalho Correia)

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização
1º Trimestre de 2023

Abril de 2023

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	8

1. Nota Introdutória

À Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do n.º 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2023-2026.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A. (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro trimestre de 2023, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro trimestre com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 31 de março de 2023, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro trimestre de 2023, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 31 de março de 2023 são as seguintes:

Designação	2023			2022		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	1 676 800	422 280	25,2%	1 379 963	469 840	34,0%
Transferências Correntes	0	0	0,0%	0	247 600	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 622 272	421 158	26,0%	1 348 963	222 240	16,5%
Outras receitas correntes	54 528	1 122	2,1%	31 000	0	0,0%
RECEITAS DE CAPITAL	1 925 610	0	0,0%	3 891 149	0	0,0%
Venda de bens de investimento	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Transferências de capital	1 341 309	0	0,0%	257 400	0	0,0%
Ativos financeiros	584 301	0	0,0%	3 633 749	0	0,0%
OUTRAS RECEITAS	3 225 606	3 225 604	100,0%	3 690 128	3 690 127	100,0%
Saldo da gerência anterior	3 225 606	3 225 604	100,0%	3 690 128	3 690 127	100,0%
TOTAL	6 828 016	3 647 884	53,4%	8 961 240	4 159 967	46,4%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º trimestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 31 de março de 2023 ascende a 53,4%, que se traduz em 3.647.884 euros em termos absolutos, diminuindo cerca de 512.000 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “saldo da gerência anterior” apresenta uma execução de 100%, encontrando-se totalmente integrado, sendo este inferior em cerca de 465.000 euros, comparativamente ao registado em igual trimestre do ano anterior;
- ✓ Ausência de receita na rubrica de “transferências correntes”, que no período homólogo ascendeu a 247.600 euros, decorrente do recebimento da compensação da perda de receita, resultante das orientações dos acionistas para a isenção de rendas e taxas aos concessionários privados;
- ✓ Em contrapartida, verificámos um aumento na rubrica “venda de bens e serviços correntes” decorrente, maioritariamente, da receita proveniente da exploração do campo de golfe do Porto Santo.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 31 de março de 2023 são as seguintes:

Designação	2023			2022		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	2 369 616	285 860	12,1%	2 443 206	249 324	10,2%
Despesas com pessoal	1 260 444	208 860	16,6%	1 153 289	188 697	16,4%
Aquisição de bens e serviços	1 013 144	64 254	6,3%	1 242 593	51 463	4,1%
Juros e outros encargos	500	0	0,0%	500	1	0,2%
Transferências correntes	15 528	3 255	21,0%	25 000	2 158	8,6%
Outras despesas correntes	80 000	9 491	11,9%	21 824	7 005	32,1%
DESPESAS DE CAPITAL	4 458 400	1 609	0,0%	6 518 034	67 200	1,0%
Aquisição de bens de capital	4 458 400	1 609	0,0%	3 548 034	67 200	1,9%
Transferências de capital	0	0	0,0%	70 000	0	0,0%
Passivos financeiros	0	0	0,0%	2 900 000	0	0,0%
TOTAL	6 828 016	287 469	4,2%	8 961 240	316 524	3,5%

Fonte: Balançetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º trimestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2023 situa-se nos 4,2%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 287.469 euros.

Verifica-se uma redução de cerca de 29.000 euros face à realizada no período homólogo, devido a esse feito, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que de certa forma justificam o grau de execução registado no orçamento da despesa:

- ✓ No trimestre a *“aquisição de bens de capital”* ascendeu apenas a cerca de 1.600 euros, inferior em 65.500 euros face ao suportado no período homólogo, devido ao facto de as empreitadas previstas no plano de investimentos para 2023 ainda não terem iniciado;
- ✓ As *“despesas com o pessoal”* apresentam um incremento de cerca de 20.100 euros, justificado, essencialmente, pelos aumentos salariais;
- ✓ O grau de execução orçamental da rubrica *“aquisição de bens e serviços”* ascende a 6,3%, representando, em termos absolutos, um aumento aproximado de 12.800 euros, face a igual período do ano anterior, decorrente, sobretudo, do incremento dos gastos com eletricidade, água, publicidade, pareceres, projetos e consultoria.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2023.

Salientamos que se encontra a decorrer um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos ainda neste exercício.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 34.909 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade.*

Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas, com referência a 31 de dezembro de 2022.

De salientar, que se encontra a decorrer um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos no exercício de 2023.

- *A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património da Entidade.*
- *Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo de transação entre a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial*

Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda. (PBP), de acordo com o qual haveria a transmissão de propriedade sobre uma parcela para a SDPS e um valor relativo a lucros cessantes, sendo que na presente data, sobre o referido acordo corre uma ação judicial entreposta pela sociedade PBP no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Em resultado do parecer do Tribunal de Contas, datado de 8 de novembro de 2021, relativamente ao acordo acima referido, em 2021 foi decidido em Conselho de Administração da SDPS, por uma questão de prudência, a constituição de uma provisão no valor de 6.017 milhares de euros, por contrapartida de custos desse exercício, a qual se destina a fazer face a eventuais responsabilidades associadas a este processo judicial.

De salientar que, este montante inclui, quer o valor do próprio terreno, quer a indemnização por lucros cessantes requerida pela sociedade PBP e ainda uma estimativa de custas judiciais. Em resultado, do facto de não ser possível desagregar o valor global dos 6.017 milhares de euros, não nos é possível quantificar a subavaliação do Ativo e do Património Líquido que decorre da aquisição do terreno em questão.”

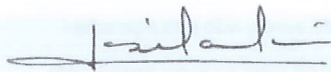
Ao nível da contabilidade patrimonial, enfatizamos o facto de no primeiro trimestre de 2023 ter sido registado na rubrica de resultados “transferências correntes e subsídios à exploração”, por débito da rubrica de passivo “financiamentos obtidos”, o montante de 24.266.666 euros, em resultado da transferência para o acionista R.A.M, da responsabilidade inerente a empréstimos contraídos junto da banca estrangeira

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 27 de abril de 2023



PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)